Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

08/02/2011

comunicação
& informação

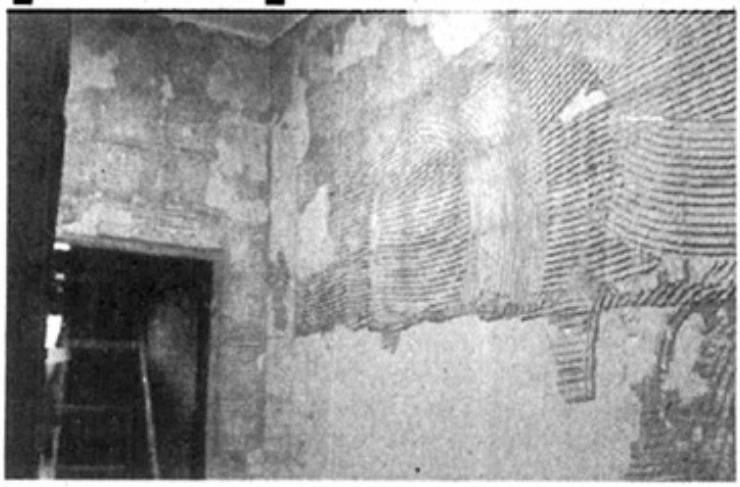
INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. COMARCAS..... 1
   1.2. CORREIÇÕES..... 2
   1.3. PRESIDENTE..... 3
   1.4. SISTEMA CARCERÁRIO..... 4
2. JORNAL AQUI
   2.1. FORAGIDOS..... 5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   3.1. ASSESSORIA..... 6
   3.2. COMARCAS..... 7
   3.3. CORREIÇÕES..... 8
   3.4. SISTEMA CARCERÁRIO..... 9 - 12
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   4.1. ASSESSORIA..... 13
   4.2. CARTÓRIOS..... 14
   4.3. SISTEMA CARCERÁRIO..... 15 - 16
5. JORNAL EXTRA
   5.1. JULGAMENTOS..... 17 - 18
   5.2. SISTEMA CARCERÁRIO..... 19 - 21
6. JORNAL O DEBATE
   6.1. ASSESSORIA..... 22
   6.2. JULGAMENTOS..... 23 - 24
   6.3. SISTEMA CARCERÁRIO..... 25 - 27
7. JORNAL O IMPARCIAL
   7.1. JULGAMENTOS..... 28
   7.2. SISTEMA CARCERÁRIO..... 29
   7.3. VARAS ESPECIAIS..... 30 - 31
8. JORNAL O QUARTO PODER
   8.1. SISTEMA CARCERÁRIO..... 32 - 34
9. JORNAL PEQUENO
   9.1. COMARCAS..... 35 - 37
   9.2. CORREIÇÕES..... 38
   9.3. JULGAMENTOS..... 39 - 42
   9.4. SISTEMA CARCERÁRIO..... 43
10. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE
   10.1. CORREIÇÕES..... 44
   10.2. SERVIDORES..... 45
   10.3. SISTEMA CARCERÁRIO..... 46 - 47

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Fórum de Cedral passa por reforma



A Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça (TJMA) iniciou no mês de janeiro, a reforma do fórum de Cedral, comarca de entrância inicial, situada a cerca de 193 Km de São Luís. A entrega do prédio com nova infraestrutura está prevista para março.

As mudanças incluem a recuperação de reboco e telhado, substituição das esquadrias de madeira, troca de revestimentos dos banheiros, revisão das instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, telefonia e de lógica, além da ampliação da sala de audiências.

O imóvel, de quase 400 m², cedido pela Prefeitura de Cedral, também será adaptado para pessoas com deficiência, assim como os sanitários e rampas. Para melhorar o acesso dos usuários aos serviços do Judiciário, será construído um balcão para atendimento na secretaria, com espaços para interligar os setores do fórum.

Atualmente a empresa está executando serviços de retirada e demolição, abertura de novos vãos, revisão do telhado, demolição de sanitários, e levantamento de paredes de alvenaria.

Os fóruns de Penalva, Cururupu e Coroatá também passam por reformas. Os próximos a serem reformados são os das comarcas de São João Batista, Governador Nunes Freire e São Vicente de Férrer.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Correição

As comarcas de Urbano Santos e Buriti serão fiscalizadas, de 16 a 18 de fevereiro, pela juíza Ariane Mendes. Com esse novo trabalho serão seis as comarcas com correição geral ordinária autorizada este mês pelo corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior. Governador Eugênio Barros, Matões e Parnarama e Timon (5ª e 6ª Varas Criminais) entram na lista mensal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

O PRESIDENTE DO TJ, Jamil Gedeon, recebeu no fim de semana a visita de cortesia do Secretário-Chefe da Casa Civil do Estado, Luis Fernando Silva. Durante a conversa, o presidente do TJ tratou de assuntos de interesse da Justiça estadual que dependem da colaboração de órgãos do Poder Executivo para serem implementados...

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

FANTÁSTICO MOSTRA NOVOS CASOS DE DELEGACIAS

Semana passada, o Fantástico mostrou o caos e o péssimo atendimento nas delegacias brasileiras. Foram inúmeros flagrantes. Teve até jaula para presos na cidade de Bacabal, no interior do Maranhão. Mas os absurdos não eram únicos. As equipes da Rede Globo encontraram novas situações de precariedade e mostraram no Fantástico de domingo.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão informou que a polícia interditou a delegacia de Bacabal. e onze presos foram soltos e cumprem pena em casa.

Na quinta-feira, dia 03/02, cinco presos fugiram por um buraco. Todos que restaram já foram transferidos e a cadeia está vazia.

"Nós temos que enfrentar essa realidade, com mais investimentos, com uma atuação integrada do poder Legislativo, Executivo e Judiciário", diz Maria do Rosário, ministra-chefe da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

A Ordem dos Advogados do Brasil vai encaminhar uma denúncia para organizações internacionais de direitos humanos, com todos os flagrantes obtidos pelo Fantástico.

"Ser mal atendido em uma delegacia de polícia está sinônimo de uma coisa normal, e isso não pode acontecer, seja preso ou não, esteja dentro da delegacia ou fora da delegacia", afirma Jayme Asfora.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

SUMIDOS

Polícia procura por cinco fujões de Bacabal

Os cinco detentos que fugiram do primeiro DP de Bacabal na última quinta-feira, dia 3, ainda não foram localizados. Mas, de acordo com a Secretaria de Segurança, por meio da Assessoria de Comunicação, as investigações para localizar os detentos já foram iniciadas. Dos 30 presos que estavam no primeiro DP de Bacabal antes da fuga, 11 foram liberados para casa pelo Juiz da 2ª Vara Criminal, Alberto de Paula, por causa das péssimas condições em que se encontravam as dependências da delegacia. Pelo mesmo motivo, o juiz da 1ª Vara de Bacabal, Celso Orlando Aranha Pinheiro Júnior, determinou a interdição do DP, e os catorze outros detentos foram transferidos para São Luís, e delegacias vizinhas a Bacabal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

INTERNET

Twitter no Poder Judiciário do Maranhão

Um ano após a implementação do serviço, em 07 de fevereiro do ano passado, o perfil do TJMA na rede social Twitter já conta com 1.155 seguidores, dentre magistrados, juristas, autoridades diversas, servidores e demais interessados.

A ação, a cargo da Assessoria de Comunicação Social, foi implementada no Plano de Ação Estratégica da Assessoria de Comunicação da Presidência do TJMA da atual gestão, que desenvolve diversos produtos voltados para a divulgação das atividades do Tribunal de Justiça e seus magistrados e servidores, a exemplo do boletim eletrônico diário para o público externo; o boletim eletrônico semanal para o público interno e a Revista trimestral do TJ.

Este novo canal de comunicação, via internet, vem se consolidando entre os usuários como uma relevante ferramenta de divulgação das informações de relevância pública e interesse institucional, com mensagens curtas que remetem aos endereços eletrônicos das instituições, onde são encontradas mais informações.

A ASSCOM-TJMA posta diariamente as notícias, a maioria produzidas pelo núcleo de jornalismo e publicadas no site, além das pautas e andamento dos projetos do Tribunal. Tem ainda o cuidado de seguir apenas órgãos do sistema judiciário e da imprensa, disseminando assim as informações ao público de interesse.

Outras instituições como Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Conselho Nacional de Justiça também dedicam espaço na rede social e uso dessa ferramenta é crescente na sociedade em geral.

Esta inovação não só quebrou a barreira da comunicação entre as instituições tradicionais nas redes sociais, como também aproximou os usuários da Justiça, dando mais agilidade na comunicação e transparência na informação.

Os resultados já estão sendo sentidos. Além do aumento no número de seguidores, houve o reconhecimento público do mérito desse serviço, a exemplo da divulgação espontânea pela Revista Eletrônica do TJMG (http://www.tjmg.jus.br/revista/numero_03/materias/materia17.html).

"Essa rede social está consolidada como espaço de divulgação, em tempo real, do trabalho das instituições e o Tribunal do Maranhão não poderia deixar de utilizar esse espaço para divulgar suas ações", justifica a chefe da assessoria de comunicação do TJMA, Helena Barbosa.

Para acessar o Twitter do TJMA basta acessar www.twitter.com/TJ_MA.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

COMARCA ZÉ DOCA

Abertas as inscrições para acessor de juiz

Juíza Gisele Rondon

A juíza da 1ª vara da comarca de Zé Doca, Gisele Ribeiro Rondon, comunica que estão abertas as inscrições para a seleção para o cargo de assessor de juiz da vara.

Dirigida a bacharéis em Direito, a seleção consta de três fases: análise curricular, prova prática e entrevista, todas de caráter classificatório e eliminatório.

Os interessados em participar da seleção devem enviar currículo atualizado com foto, cópia do diploma de conclusão de curso superior em Direito e cópias da Carteira de Identidade e do CPF para o email vara1_zdoc@tjma.jus.br. O prazo para o envio dos documentos é o próximo dia 20.

Para o cargo em comissão de assessor de juiz B - entrância intermediária, de livre nomeação e exoneração, a carga horária é de 40 horas semanais.

Os candidatos que tiverem seus currículos selecionados serão comunicados acerca da data e horário da realização da prova prática.

Advogados - No último dia 02, Gisele Rondon e o juiz da 2ª vara de Zé Doca, Rogério Pelegrini Tognon Rondon, estiveram reunidos com advogados militantes da comarca.

Avaliando o encontro como positivo, Gisele Rondon afirmou que "as sugestões de ambas as partes se destinam à melhoria na prestação jurisdicional". Para a magistrada, reuniões do tipo fortalecem as instituições, uma vez que "aprimoram a realização dos serviços e estreitam os laços entre a sociedade, a classe advocatícia e o Judiciário".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CORREGEDORIA

Asutorizada correição em mais duas comarcas

As comarcas de Urbano Santos e Buriti serão fiscalizadas, de 16 a 18 de fevereiro, pela juíza Ariane Mendes. Com esse novo trabalho serão seis as comarcas com correição geral ordinária autorizada este mês pelo corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior. Governador Eugênio Barros, Matões e Parnarama e Timon (5ª e 6ª Varas Criminais) entram na lista mensal.

A juíza Vanessa Ferreira Lopes, da Comarca de Buriti, está respondendo por Urbano Santos, com as férias da juíza titular Débora Jansen Castro. Os municípios de São Benedito do Rio Preto e Belágua são termos judiciários de Urbano Santos.

O juiz José Nilo Ribeiro Filho fará correição em Governador Eugênio Barros, na quinta e sexta-feira próximas, dias 10 e 11. Antes, irá avaliar juízes vitaliciandos em Governador Eugênio Barros, Santo Antonio dos Lopes, Sucupira do Norte, Buriti Bravo e São Domingos do Maranhão.

De 14 a 16 de fevereiro os juízes Kleber Carvalho e José Jorge Figueiredo dos Anjos irão inspecionar as comarcas de Matões, Parnarama e Timon.

Os quatro juízes auxiliares da Corregedoria farão outras duas correições na capital, em fevereiro: dia 22, na 2ª Vara de Família, e dia 24, na 6ª Vara de Família.

Guerreiro Júnior anuncia como meta de gestão fechar o ano com mais de 90% das comarcas estaduais fiscalizadas. Foram em torno de 50 atividades correcionais em 2010. Os juízes auxiliares da CGJ definiram correição em 43 varas - 37 do interior e seis da capital - até o final do ano.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

PENITENCIÁRIO

Soluções e melhorias discutidas no sistema

Os investimentos feitos para a melhoria do sistema carcerário e as soluções para suprir a falta de vagas nos presídios da capital do interior do Estado foram discutidos ontem segunda-feira, 7, numa reunião com representantes dos sistemas de Justiça e de segurança realizada Na presidência do TJMA, desembargador Jamil Gedeon.

Participaram da reunião o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sergio Tamer, o coordenador do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização Carcerária, desembargador Fróz Sobrinho, o defensor público geral, Aldu Mello, promotor de Justiça e assessor especial da PGJ, Cláudio Cabral Marques, e os juízes Fernando Mendonça, Sônia Amaral, Douglas Melo.

Na reunião, o secretário de Segurança Pública do Estado, Aluízio Mendes informou que várias medidas estão sendo pelo Executivo estadual para reduzir a superlotação nos presídios maranhenses. Dentre essas, a celebração de convênios para a captação de R$ 60 milhões do Governo Federal, a serem aplicados integralmente no sistema penitenciário, principalmente na construção de presídios em São Luís e no interior do Estado.

Segundo o secretário, com o convênio serão criadas 1.600 vagas no sistema carcerário maranhense. O secretário afirmou ainda que os presídios a serem construídos atendem a um novo modelo de engenharia e por serem modulados serão construídos num prazo de, no máximo, cinco meses.

"Estamos dando agilidade para efetivação desses convênios, que, sem dúvida, será um passo importante para que sejam resolvidos os problemas que nos afligem como, por exemplo, a superlotação nos nossos presídios", frisou.

De acordo com o secretário de Segurança, o Executivo estadual vai investir também na construção de unidades prisionais especiais para presos com faixa etária entre 18 e 24 anos. As unidades serão construídas num primeiro momento em São Luís, onde existem mais de 300 detentos que atingem essa faixa etária.

MUTIRÕES - Durante a reunião foi discutida também a realização de mutirões carcerários em São Luis, Imperatriz e Timom, sob a coordenação do desembargador Fróz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Internos de Pedrinhas recebem atendimentos

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Internos de Pedrinhas recebem atendimentos

Sérgio Tamer e equipe em visita ao Complexo Penitenciário

Mais de 100 internos do Presídio São Luís e do Centro de Custódia de Presos de Justiça de Pedrinhas (CCPJ) tiveram sua rotina modificada, ontem segunda-feira, 7. Eles receberam, durante toda a manhã, atendimentos de várias especialidades na área de saúde, incluindo os serviços odontológicos.

A ação é uma iniciativa da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e contou com o apoio da Defensoria Pública e da Secretaria de Estado de Saúde (SES). Três profissionais da área de odontologia passaram o dia na unidade prisional abordo do Odontomóvel (veículo adaptado para realizar tratamentos dentários) com trabalhos de prevenção, curativos e extrações dentárias.

Os detentos, também, tiveram acesso a atendimento médico, com a presença de um clínico geral. Os casos mais graves foram encaminhados para um tratamento externo.

O secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, ressaltou a importância dos atendimentos para dar aos internos uma possibilidade de vida melhor. "Com essa assistência, o interno pode aliviar possíveis problemas dentários e prevenir problemas mais sérios. O ganho é visível dentro do próprio presídio, melhorando o convívio na unidade prisional", disse o secretário.

Sérgio Tamer afirmou que essa ação faz parte do processo de ressocialização dos internos. Ainda de acordo com o secretário, é uma das prioridades do plano de ações da gestão, firmar novas parcerias com diversas instituições, para fortalecer atividades assistenciais a população carcerária do estado.

Diagnóstico

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Durante o atendimento, o secretário, acompanhado de uma comitiva da Sejap, visitou todo o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Em conversa com o secretário-adjunto de Administração Penitenciária, João Bispo Serejo e do superintendente de Controle e Execução Penal, Fredson Pinheiro, Sérgio Tamer fez uma análise de toda a estrutura física e corpo técnico do Presídio São Luís.

Um dos pontos visitados pelo secretário foi a fábrica de bolas. No local, cerca de 480 internos desenvolvem atividades profissionais confeccionando bolas esportivas. "O intuito é criar um diagnóstico das unidades prisionais de todo o Complexo. A partir disso, estaremos direcionando os investimentos para a melhoria de cada unidade prisional. Vamos ainda intensificar os projetos desenvolvidos em parceria com o Ministério da Justiça (MJ)", ressaltou o secretário.

Os trabalhos odontológicos serão encerrados, no final da tarde desta terça-feira (8). O atendimento médico permanecerá com consultas diárias aos internos, em uma sala na CCPJ.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA

Um ano após a implementação do serviço, em 7 de fevereiro do ano passado, o perfil do TJMA na rede social Twitter já conta com 1.155 seguidores, dentre magistrados, juristas, autoridades diversas, servidores e demais interessados. A ação, a cargo da Assessoria de Comunicação Social, foi implementada no Plano de Ação Estratégica da Assessoria de Comunicação da Presidência do TJMA da atual gestão, que desenvolve diversos produtos voltados para a divulgação das atividades do Tribunal de Justiça e seus magistrados e servidores.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mais divórcios

A nova lei que facilitou a oficialização do fim de casamentos fez o número de divórcios disparar.

Em 2010, foram registrados 5.548 casos de divórcios extrajudiciais realizados em cartórios, segundo número do Tribunal de Justiça do Estado. O aumento é de 57% em relação a 2009, quando foram contabilizados 3.533 sem a necessidade de recorrer à Justiça.

A medida entrou em vigor em julho do ano passado e é válida apenas para casais sem dependentes e que estão se separando amigavelmente.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Sejap leva assistência jurídica e odontológica a penitenciária

Vinte defensores públicos e uma comissão de advogados estarão à disposição dos internos a partir de hoje, assim como um odontomóvel, adquirido com apoio da Secretaria de Saúde

A secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) inicia hoje o serviço de assistência jurídica permanente no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A medida, que visa à revisão dos processos criminais dos presos, com a participação de 20 defensores públicos e uma comissão de advogados. A informação foi dada ontem pelo secretário Sérgio Tamer, que aproveitou a visita ao Complexo Penitenciário para inaugurar o serviço odontológico aos detentos.

"Logo que assumimos a Sejap, percebemos a necessidade de oferecer mais dignidade aos presos de Pedrinhas. Partindo desse princípio, decidimos atender de imediato as suas principais reivindicações, que são a revisão de processos e melhores condições de saúde. Atualmente, existem mais de 150 internos que já deveriam estar em situação de progressão de regime. Nosso objetivo é desafogar as unidades prisionais, mediante a lei", disse Tamer.

O serviço de assistência jurídica permanente funcionará ao lado do Cartório de Registro do Presídio São Luís. Duas salas foram disponibilizadas, equipadas com ar-condicionado e uma Central de Processamento de Dados (CDP) informatizada. O aparato permitirá acesso direto à rede Infoseg (sistema que reúne informações de segurança pública dos órgãos de fiscalização do Brasil), estratégia que dará ainda mais celeridade ao mapeamento dos processos.

Odontomóvel – Sérgio Tamer aproveitou ainda para conferir de perto o funcionamento da unidade móvel de assistência odontológica. Batizado de "Odontomóvel", o microônibus Volare V6 dispõe de uma equipe médica odontológica, que fará serviços de extração dentária, preventivos, limpeza e de curativos. "Por enquanto, apenas uma unidade móvel fará esse serviço itinerário nas unidades prisionais de Pedrinhas, mas em breve estaremos com duas", afirmou o secretário.

A unidade móvel e o restante do equipamento foram disponi-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Biné Morais

Secretário Sérgio Tamer durante visita a penitenciária quando anunciou novos serviços de assistência

Mais

Quem também acompanhou o secretário Sérgio Tamer na unidades de Pedrinhas foi o secretário-adjunto de Administração Penitenciária (Saap), João Bispo Serejo. Segundo ele, a presença da Defensoria Pública nos presídios diminuirá o acúmulo de processos. "Muitos presos que vêm do interior são esquecidos nas unidades da capital. Isso é ruim para eles e para a própria administração. Certamente a assistência jurídica permanente mudará esta realidade", disse.

bilizados pela Secretaria de Estado da Saúde (SES). Para Sérgio Tamer, a parceria com esta e outras secretariais estaduais será importante. "Este é o início de uma grande restauração no sistema prisional do estado. Não podíamos começar qualquer trabalho sem antes priorizar a parte social destes apenados. Eles precisam, futuramente, estar aptos para o convívio em sociedade", concluiu o secretário.

Problemas - Os investimentos feitos para a melhoria do sistema carcerário e as soluções para suprir a falta de vagas nos presídios da capital do interior do Estado foram discutidos ontem em reunião com representantes dos sistemas de Justiça e de segurança realizada na presidência do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon.

Participaram da reunião o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes; o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sergio Tamer; o coordenador do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização Carcerária, desembargador Fróz Sobrinho; o defensor público-geral, Aldu Mello; o promotor de Justiça e assessor especial da PGJ, Cláudio Cabral Marques, e os juízes Fernando Mendonça, Sônia Amaral, Douglas Melo.

Na reunião, o secretário de Segurança Pública do Estado, Aluízio Mendes, informou que várias medidas estão sendo adotadas pelo Executivo estadual para reduzir a superlotação nos presídios maranhenses. Entre essas, a celebração de convênios para a captação de R$ 60 milhões do Governo Federal, a serem aplicados integralmente no sistema penitenciário, principalmente na construção de presídios em São Luís e no interior do estado.

Segundo o secretário, com o convênio serão criadas 1.600 vagas no sistema carcerário maranhense. O secretário afirmou ainda que os presídios a serem construídos atendem a um novo modelo de engenharia e por serem modulados serão construídos em um prazo de, no máximo, cinco meses.

Mutirões - Durante a reunião, foi discutida também a realização de mutirões carcerários em São Luís, Imperatriz e Timom, sob a coordenação do desembargador Fróz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário. A novidade é que a partir de agora todos os processos a serem analisados durante os mutirões serão digitalizados. Além de facilitar a atuação dos juízes, a virtualização dos processos dará uma nova dinâmica aos mutirões, que ganharão em agilidade e produtividade.

O desembargador Fróz Sobrinho informou que está sendo feito um esforço concentrado para que sejam encontradas as melhores alternativas para os problemas que ainda acontecem no sistema carcerário do Maranhão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

FRAUDE EM BARRA DO CORDA

PREFEITO FUJÃO GANHA LIBERDADE DA JUSTIÇA

PÁGINA 3

O MESMO MANÉ LUIS

PREFEITO DE BACABAL, RAIMUNDO LISBOA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Prefeito fujão de Barra do Corda ganha liberdade da Justiça

As nove pessoas envolvidas em desvio de verbas públicas do município de Barra do Corda foram liberadas. De acordo com informações preliminares, eles cumpriam prisão temporária no presídio São Luís, que faz parte do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, e saíram no começo da madrugada desta segunda-feira, por volta da 2h, após conseguirem uma *habeas corpus* concedido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O prefeito Manoel Mariano de Sousa, o "Nenzim" (PV), é acusado de desviar aproximadamente R$ 50 milhões dos cofres do município nos últimos anos. Ele ainda não se apresentou à Polícia Federal, mas já conseguiu um *habeas corpus* e não será preso imediatamente.

LIBERAÇÃO - A primeira envolvida liberada foi Janaína Maria Morena Simões de Sousa (nora de Nenzim), que foi solta na tarde do último sábado, 5. A filha e nora de Nenzim estavam presas no Presídio Feminino de Pedrinhas. O filho, o genro do prefeito e os laranjas estavam no Presídio São Luís, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Os presos foram liberados após os advogados conseguirem *habeas corpus* no fim de semana.

OS LIBERADOS FORAM:

Sandra Maria Telis de Sousa (filha)
Janaína Maria Morena Simões de Sousa (nora)
Inamar Araújo Medeiros (genro)
Pedro Alberto Telis (filho)
Moacir Mariano Silva (laranja)
Luís Marques de Sousa, o Luizinho da Cemar (laranja),
Quintino Gomes da Silva, o Peba (laranja)
Gilson da Silva Oliveira (laranja)
José Aucivan da Silva (laranja)

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ENQUANTO ISSO... PRESOS VÃO FUGINDO

Governo discute problemas no sistema carcerário no Estado

Os investimentos feitos para a melhoria do sistema carcerário e as soluções para suprir a falta de vagas nos presídios da capital do interior do Estado foram discutidos nesta segunda-feira (7) numa reunião com representantes dos sistemas de Justiça e de segurança realizada na presidência do TJMA, desembargador Jamil Gedeon.

Participaram da reunião o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sergio Tamer, o coordenador do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização Carcerária, desembargador Fróz Sobrinho, o defensor público geral, Aldu Mello, promotor de Justiça e assessor especial da PGJ, Cláudio Cabral Marques, e os juízes Fernando Mendonça, Sônia Amaral, Douglas Melo.

Na reunião, o secretário de Segurança Pública do Estado, Aluízio Mendes, informou que várias medidas estão sendo feitas pelo Executivo estadual para reduzir a superlotação nos presídios maranhenses. Dentre essas, a celebração de convênios para a captação de R$ 60 milhões do Governo Federal, a serem aplicados integralmente no sistema penitenciário, principalmente na construção de presídios em São Luís e no interior do Estado.

Segundo o secretá-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Responsáveis pelo sistema de segurança tentam encontrar solução para o sistema carcerário do Estado

rio, com o convênio serão criadas 1.600 vagas no sistema carcerário maranhense. O secretário afirmou ainda que os presídios a serem construídos atendem a um novo modelo de engenharia e por serem modulados serão construídos num prazo de, no máximo, cinco meses.

"Estamos dando agilidade para efetivação desses convênios, que, sem dúvida, será um passo importante para que sejam resolvidos os problemas que nos afligem como, por exemplo, a superlotação nos nossos presídios", frisou.

MUTIRÕES - Durante a reunião foi discutida também a realização de mutirões carcerários em São Luís, Imperatriz e Timon, sob a coordenação do desembargador Fróz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário.

A novidade é que a partir de agora todos os processos a serem analisados durante os mutirões serão digitalizados. Além de facilitar a atuação dos juízes, a virtualização dos processos dará uma nova dinâmica aos mutirões, que ganharão em agilidade e produtividade.

O desembargador Fróz Sobrinho informou que está sendo feito um esforço concentrado para que sejam encontradas as melhores alternativas para os problemas que ainda acontecem no sistema carcerário do Maranhão.

POLUIÇÃO SONORA - Antes da reunião, os promotores de Justiça, Cláudio Guimarães e Cláudio Cabral Marques, o delegado geral de Polícia Civil, Nordman Ribeiro, e o delegado Carlos Alberto Damasceno, solicitaram ao presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, o apoio do Poder Judiciário nas ações de combate à poluição sonora em bares da capital.

Na oportunidade, os promotores Cláudio Cabral Marques e Cláudio Guimarães informaram ao presidente do TJMA que a partir de agora o trabalho terá o apoio da Prefeitura de São Luís, que realizará *blitz* na área urbana da capital. A meta agora, segundo os promotores, é garantir o engajamento das instituições, da sociedade civil organizada e dos meios de comunicação social, para o desenvolvimento das ações de combate à poluição sonora.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Twitter

Um ano após a implementação do serviço, em 07 de fevereiro do ano passado, o perfil do TJMA na rede social Twitter já conta com 1.155 seguidores, dentre magistrados, juristas, autoridades diversas, servidores e demais interessados. A ação, a cargo da Assessoria de Comunicação Social, foi implementada no Plano de Ação Estratégica da Assessoria de Comunicação da Presidência do TJMA da atual gestão, que desenvolve diversos produtos voltados para a divulgação das atividades do Tribunal de Justiça e seus magistrados e servidores, a exemplo do boletim eletrônico diário para o público externo; o boletim eletrônico semanal para o público interno e a Revista trimestral do TJ. Este novo canal de comunicação, via internet, vem se consolidando entre os usuários como uma relevante ferramenta de divulgação das informações de relevância pública e interesse institucional, com mensagens curtas que remetem aos endereços eletrônicos das instituições, onde são encontradas mais informações. A ASSCOM-TJMA posta diariamente as notícias, a maioria produzidas pelo núcleo de jornalismo e publicadas no site, além das pautas e andamento dos projetos do Tribunal. Tem ainda o cuidado de seguir apenas órgãos do sistema judiciário e da imprensa, disseminando assim as informações ao publico de interesse.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

BARRA DO CORDA

Justiça libera envolvidos no Cazo Nenzim

A justiça concedeu liberdade ao prefeito de Barra do Corda, Manoel Mariano de Sousa, o "Nenzim" (PV). Além dele, outros possiveis envolvidos também receberam o beneficio judicial entre eles, Janaina Maria Simões de Sousa, que é nora do prefeito. Ela foi liberada ainda no sábado, 5, e na já na manhã de segunda-feira, 7, os outros oito envolvidos também foram soltos. Os nove cumpriam prisão temporária no presídio São Luís, do Complexo Penitenciário de Pedrinhas

Com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de conceder habeas corpus ao prefeito, ele não pode mais ser preso imediatamente mesmo não tendo se apresentado ainda a Policia Federal.

A esposa do político, que não chegou a ser presa, também está sendo investigada pela PF. O advogado de defesa do casal sugeriu que Nenzin e Dona Santinha se entregassem na segunda-feira, dia 7.

Além da esposa, quatro pessoas consideradas envolvidas nos crimes - desvio de verbas públicas e lavagem de dinheiro - pela Policia Federal possuem parentesco com Nenzim. As demais são tidas como laranjas. São eles: Janaína Maria Morena Simões de Sousa (nora), Sandra Maria Telis de Sousa (filha), Inamar Araújo Medeiros (genro), Pedro Alberto Telis (filho), Moacir Mariano Silva (laranja), Luís Marques de Sousa, conhecido como "Luizinho da Cemar" (laranja), Quintino Gomes da Silva, conhecido como "Peba" (laranja), Gilson da Silva Oliveira (laranja) e José Aucivan da Silva (laranja).

Nenzim prefeito

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça libera envolvidos no Caso Nenzim

Com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de conceder habeas corpus ao prefeito, ele não pode mais ser preso imediatamente mesmo não tendo se apresentado ainda a Policia Federal. **(Página 03)**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

PEDRINHAS

Internos recebem atendimentos médico

Mais de 100 internos do Presídio São Luís e do Centro de Custódia de Presos de Justiça de Pedrinhas (CCPJ) tiveram sua rotina modificada, nesta segunda-feira (7). Eles receberam, durante toda a manhã, atendimentos de várias especialidades na área de saúde, incluindo os serviços odontológicos.

A ação é uma iniciativa da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e contou com o apoio da Defensoria Pública e da Secretaria de Estado de Saúde (SES). Três profissionais da área de odontologia passaram o dia na unidade prisional abordo do Odontomóvel (veículo adaptado para realizar tratamentos dentários) com trabalhos de prevenção, curativos e extrações dentárias.

Os detentos, também, tiveram acesso a atendimento médico, com a presença de um clínico geral. Os casos mais graves foram encaminhados para um tratamento externo. O secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, ressaltou a importância dos atendimentos para dar aos internos uma possibilidade de vida melhor.

"Com essa assistência, o interno pode aliviar possíveis problemas dentários e prevenir problemas mais sérios. O ganho é visível dentro do próprio presídio, melhorando o convívio na unidade prisional", dis-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Os detentos, também, tiveram acesso a atendimento médico, com a presença de um clínico geral

se o secretário.

Sérgio Tamer afirmou que essa ação faz parte do processo de ressocialização dos internos. Ainda de acordo com o secretário, é uma das prioridades do plano de ações da gestão, firmar novas parcerias com diversas instituições, para fortalecer atividades assistenciais a população carcerária do estado.

Diagnóstico - Durante o atendimento, o secretário, acompanhado de uma comitiva da Sejap, visitou todo o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Em conversa com o secretário-adjunto de Administração Penitenciária, João Bispo Serejo e do superintendente de Controle e Execução Penal, Fredson Pinheiro, Sérgio Tamer fez uma análise de toda a estrutura física e corpo técnico do Presídio São Luís.

Um dos pontos visitados pelo secretário foi a fábrica de bolas. No local, cerca de 480 internos desenvolvem atividades profissionais confeccionando bolas esportivas.

"O intuito é criar um diagnóstico das unidades prisionais de todo o Complexo. A partir disso, estaremos direcionando os investimentos para a melhoria de cada unidade prisional. Vamos ainda intensificar os projetos desenvolvidos em parceria com o Ministério da Justiça (MJ)", ressaltou o secretário.

Os trabalhos odontológicos serão encerrados, no final da tarde desta terça-feira (8). O atendimento médico permanecerá com consultas diárias aos internos, em uma sala na CCPJ.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Investimento

Os investimentos feitos para a melhoria do sistema carcerário e as soluções para suprir a falta de vagas nos presídios da capital do interior do Estado foram discutidos nesta segunda-feira (7) numa reunião com representantes dos sistemas de Justiça e de segurança realizada Na presidência do TJMA, desembargador Jamil Gedeon. Participaram da reunião o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sergio Tamer, o coordenador do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização Carcerária, desembargador Fróz Sobrinho, o defensor público geral, Aldu Mello, promotor de Justiça e assessor especial da PGJ, Cláudio Cabral Marques, e os juízes Fernando Mendonça, Sônia Amaral, Douglas Melo.

Superlotação

Na reunião, o Aluízio Mendes informou que várias medidas estão sendo realizadas pelo Executivo estadual para reduzir a superlotação nos presídios maranhenses. Dentre essas, a celebração de convênios para a captação de R$ 60 milhões do Governo Federal, a serem aplicados integralmente no sistema penitenciário, principalmente na construção de presídios em São Luís e no interior do Estado. Segundo o secretário, com o convênio serão criadas 1.600 vagas no sistema carcerário maranhense. O secretário afirmou ainda que os presídios a serem construídos atendem a um novo modelo de engenharia e por serem modulados serão construídos num prazo de, no máximo, cinco meses.

Agilidade

"Estamos dando agilidade para efetivação desses convênios, que, sem dúvida, será um passo importante para que sejam resolvidos os problemas que nos afligem como, por exemplo, a superlotação nos nossos", frisou. De acordo com o secretário de Segurança, o Executivo estadual vai investir também na construção de unidades prisionais especiais para presos com faixa etária entre 18 e 24 anos. As unidades serão construídas num primeiro momento em São Luís, onde existem mais de 300 detentos que atingem essa faixa etária.

Mutirões

Durante a reunião foi discutida também a realização de mutirões carcerários em São Luis, Imperatriz e Timom, sob a coordenação do desembargador Fróz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário. A novidade é que a partir de agora todos os processos a serem analisados durante os mutirões serão digitalizados. Além de facilitar a atuação dos juízes, a virtualização dos processos dará uma nova dinâmica aos mutirões, que ganharão em agilidade e produtividade.

Esforço

O desembargador Fróz Sobrinho informou que está sendo feito um esforço concentrado para que sejam encontradas as melhores alternativas para os problemas que ainda acontecem no sistema carcerário do Maranhão. Segundo ele, "esses problemas só poderão ser solucionados num esforço conjunto envolvendo o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária e todos aqueles comprometidos com a causa". Ele informou que os mutirões a serem realizados terão o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Corrupção e parcimônia

Pelo menos 13 prefeitos maranhenses foram presos pela Polícia Federal nos últimos três anos. Dezenas deles respondem na Justiça a processos por um menu de crimes de corrupção nas mais diferentes formas. Há, também, vereadores, deputados, secretários, senadores, juízes, promotores, procuradores, médicos e empresários com volumosos calhamaços tramitando nos tribunais brasileiros. Cada qual com denúncias sobre envolvimento com desvios de conduta, de dinheiro público e por corrupção. Quantos, desse contingente de privilegiados, estão na cadeia? Dá para contar nos dedos das mãos.

As imundas cadeias que o Conselho Nacional de Justiça quer ressocializar não foram feitas para bacanas, nem engravatados, muito menos para mandatários públicos. Elas são depósitos de pobres, aqueles que, cada vez que encontram brechas, fogem. Ou não retornam dos feriadões, quando a justiça acredita que estão se recuperando.

A Polícia Federal já realizou, nos últimos 10 anos, inúmeras operações para prender corruptos do dinheiro federal. As polícias estaduais também já cumpriram mandados e mais mandados de prisão contra personagens de colarinho branco. Centenas pegaram algemas, apareceram na mídia, mas logo depois foram liberados. Do que roubaram do Erário, ninguém conhece um único caso que o acusado teve que devolver o que surrupiou do nosso dinheiro. Enquanto isso, os hospitais públicos estão caindo aos pedaços, nas escolas faltam quase tudo e as cidades vivem abandonadas.

Está provado que no Brasil cadeia não foi feita para rico. A Polícia Federal prendeu, semana passada, vários membros da família do prefeito de Barra do Corda, Manoel Mariano de Sousa, mas todos já estão soltos, juntamente com o próprio chefe municipal, que escapou da operação policial, até seus advogados conseguirem habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça. O processo nem passou pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

É dura a percepção que se tem da corrupção no Brasil. As leis penais são o suficiente para combater a corrupção. O problema é que elas são feitas sob medida para elitizar, de baixo para cima, a sua aplicação. Quando mais o criminoso estiver na base da pirâmide social, maior o peso da lei. À proporção que vai chegando para o topo da pirâmide, mais difícil fica pegar criminosos mediante a legislação. O prefeito Manoel Marino, que não é bobo, foi procurar um dos melhores e mais caros advogados do país para defendê-lo, e a sua turma. Foi direto à última instância para esse tipo de crime: o STJ. E foi fácil, fácil, soltar a todos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

SISTEMA CARCERÁRIO

Secretário anuncia investimentos de R$ 60 milhões

Novos investimentos para a melhoria do sistema carcerário e as soluções para suprir a falta de vagas nos presídios da capital do interior do Estado foram discutidos ontem em uma reunião com representantes dos sistemas de Justiça e de Segurança realizada no Tribunal de Justiça (TJ) com o desembargador e presidente do TJ, Jamil Gedeon. Na reunião, o secretário de Estado da Segurança, Aluísio Mendes, informou que várias medidas estão sendo realizadas pelo Executivo estadual para reduzir a superlotação nos presídios maranhenses. Dentre essas, a celebração de convênios para a captação de R$ 60 milhões do governo federal, a serem aplicados integralmente no sistema penitenciário, principalmente na construção de presídios em São Luís e no interior do estado.

Segundo o secretário, com o convênio serão criadas 1.600 vagas no sistema carcerário maranhense. O secretário afirmou ainda que os presídios a serem construídos atendem a um novo modelo de engenharia e por serem modulados serão construídos num prazo de, no máximo, cinco meses. "Estamos dando agilidade para efetivação desses convênios, que, sem dúvida, será um passo importante para que sejam resolvidos os problemas que nos afligem como, por exemplo, a superlotação", frisou.

De acordo com o secretário de Segurança, o governo vai investir também na construção de unidades prisionais especiais para presos com faixa etária entre 18 e 24 anos. As unidades serão construídas num primeiro momento em São Luís, onde existem mais de 300 detentos que atingem essa faixa etária.

Mutirões

Durante a reunião foi discutida também a realização de mutirões carcerários em São Luis, Imperatriz e Timom, sob a coordenação do desembargador Fróz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário.

A novidade é que a partir de agora todos os processos a serem analisados durante os mutirões serão digitalizados. Além de facilitar a atuação dos juízes, a virtualização dos processos dará uma nova dinâmica aos mutirões, que ganharão em agilidade e produtividade.

O desembargador Fróz Sobrinho informou que está sendo feito um esforço concentrado para que sejam encontradas as melhores alternativas para os problemas que ainda acontecem no sistema carcerário do Maranhão.

Segundo ele, "esses problemas só poderão ser solucionados num esforço conjunto envolvendo o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária e todos aqueles comprometidos com a causa". Ele informou que os mutirões a serem realizados terão o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Falta oficial de justiça na Vara Especial da Mulher

PÁGINA 12

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Somente um oficial de justiça

TERESA DIAS

Apenas um. Este é o número do quadro de oficiais de justiça em atividade na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís há pelo menos seis meses. São esses os profissionais que entregam ordens judiciais para os envolvidos no processo, tais como citações e intimações. Em consequência da situação, muitos mandados têm se acumulado em pastas no local, impossibilitados de chegar às mãos de seus destinatários.

O juiz substituto da Vara, Vicente de Paula, afirma que são comuns reclamações das vítimas a respeito da lentidão no andamento das demandas. "O volume é realmente muito grande, e não temos estrutura para atender satisfatoriamente a tanto". Jacyr Beckman, secretária judicial da unidade, diz que a necessidade é alarmante. "Somente medidas protetivas de urgência, temos em média 150 para entregar por mês. Isso sem contar os outros mandados, como intimações de testemunhas e partes. Fazemos audiências todos os dias, pela manhã e pela tarde. E há casos em que é preciso ouvir muitas testemunhas, de cinco em diante. Imagine ter apenas um oficial de justiça para fazer todo esse serviço". Ela conta que a Vara sempre sofreu com a deficiência deste tipo de funcionário. "Quando a Vara foi criada, em 2008, não havia nenhum oficial concursado aqui, apenas ad hoc [aqueles nomeados pelo juiz quando não há efetivos]. Ao longo dos anos, sofremos baixas com os já pouquíssimos que tínhamos, que saíram, foram exonerados ou pediram licença médica". Ela afirma que o número ideal para a Vara seria de quatro oficiais.

O Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Maranhão, coordenado pela juíza Sônia Amaral, empreendeu uma pesquisa ano passado para elaborar um projeto de reestruturação das varas e juizados de todo o estado. Além de levantamento de dados, foram ouvidos funcionários e juízes de todos os sete pólos em que a Justiça Maranhense se divide. A proposta que o Núcleo traz agora é de adequar o número de funcionários ao número de processos distribuídos. "Há uma lei que determina que todas as varas devem ter o mesmo número de funcionários, definindo inclusive também quanto de cada especialidade. O fato de só haver dois oficiais de justiça por cada uma é resolução da legislação. Na Vara da Mulher, não pudemos fazer muita coisa porque ela teoricamente já está com a lotação completa de oficiais", diz Sônia Amaral. O Núcleo deve apresentar o estudo dentro dos próximos quinze dias para o presidente do Tribunal de Justiça Jamil Gedeon.

NEIDSON MOREIRA/OIMP/D.A PRESS

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

	2008	2009	2010
Medidas protetivas	377	860	1.412
Inquéritos	191	227	267
Ações Penais	136	135	157

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Internos de Pedrinhas recebem atendimentos médico e odontológico

Secretário foi conhecer o odontomóvel que prestou atendimento aos detentos

Mais de 100 internos do Presídio São Luís e do Centro de Custódia de Presos de Justiça de Pedrinhas (CCPJ) tiveram sua rotina modificada, nesta segunda-feira (7). Eles receberam, durante toda a manhã, atendimentos de várias especialidades na área de saúde, incluindo os serviços odontológicos.

A ação é uma iniciativa da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e contou com o apoio da Defensoria Pública e da Secretaria de Estado de Saúde (SES). Três profissionais da área de odontologia passaram o dia na unidade prisional abordo do Odontomóvel (veículo adaptado para realizar tratamentos dentários) com trabalhos de prevenção, curativos e extrações dentárias.

Os detentos, também, tiveram acesso a atendimento médico, com a presença

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

de um clínico geral. Os casos mais graves foram encaminhados para um tratamento externo.

O secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, ressaltou a importância dos atendimentos para dar aos internos uma possibilidade de vida melhor. "Com essa assistência, o interno pode aliviar possíveis problemas dentários e prevenir problemas mais sérios. O ganho é visível dentro do próprio presídio, melhorando o convívio na unidade prisional", disse o secretário.

Sérgio Tamer afirmou que essa ação faz parte do processo de ressocialização dos internos. Ainda de acordo com o secretário, é uma das prioridades do plano de ações da gestão, firmar novas parcerias com diversas instituições, para fortalecer atividades assistenciais a população carcerária do estado.

DIAGNÓSTICO - Durante o atendimento, o secretário, acompanhado de uma comitiva da Sejap, visitou todo o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Em conversa com o secretário-adjunto de Administração Penitenciária, João Bispo Serejo e do superintendente de Controle e Execução Penal, Fredson Pinheiro, Sérgio Tamer fez uma análise de toda a estrutura física e corpo técnico do Presídio São Luís.

Um dos pontos visitados pelo secretário foi a fábrica de bolas. No local, cerca de 480 internos desenvolvem atividades profissionais confeccionando bolas esportivas. "O intuito é criar um diagnóstico das unidades prisionais de todo o Complexo. A partir disso, estaremos direcionando os investimentos para a melhoria de cada unidade prisional. Vamos ainda intensificar os projetos desenvolvidos em parceria com o Ministério da Justiça (MJ)", ressaltou o secretário.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Problemas carcerários são discutidos no TJ

Os investimentos feitos para a melhoria do sistema carcerário e as soluções para suprir a falta de vagas nos presídios da capital do interior do Estado foram discutidos nesta segunda-feira (7) numa reunião com representantes dos sistemas de Justiça e de segurança realizada Na presidência do TJMA, desembargador Jamil Gedeon.

Participaram da reunião o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sergio Tamer, o coordenador do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização Carcerár lesembargador Fróz Sobrinho, o defensor público geral, Aldu Mello, promotor de Justiça e assessor especial da PGJ, Cláudio Cabral Marques, e os juízes Fernando Mendonça, Sônia Amaral. Douglas Melo.

Na reunião, o secretário de Segurança Pública do Estado, Aluízio Mendes informou que várias medidas estão sendo pelo Executivo estadual para reduzir a superlotação nos presídios maranhenses. Dentre essas, a celebração de convênios para a captação de R$ 60 milhões do Governo Federal, a serem aplicados integralmente no sistema penitenciário, principalmente na construção de presídios em São Luís e no interior do Estado.

Segundo o secretário, com o convênio serão criadas 1.600 vagas no sistema carcerário maranhense. O secretário afirmou ainda que os presídios a serem construídos atendem a um novo modelo de engenharia e por serem modulados serão construídos num prazo de, no máximo, cinco meses.

"Estamos dando agilidade para efetivação desses convênios, que, sem dúvida, será um passo importante para que sejam resolvidos os problemas que nos afligem como, por exemplo, a superlotação nos nossos presídios", frisou.

De acordo com o secretário de Segurança, o Executivo estadual vai investir também na construção de unidades prisionais especiais para presos com faixa etária entre 18 e 24 anos. As unidades serão construídas num primeiro momento em São Luís, onde existem mais de 300 detentos que atingem essa faixa etária.

MUTIRÕES - Durante a reunião foi discutida também a realização de mutirões carcerários em São Luis, Imperatriz e Timom, sob a coordenação do desembargador Fróz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Fórum de Cedral passa por reforma

A Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça (TJMA) iniciou no mês de janeiro, a reforma do fórum de Cedral, comarca de entrância inicial, situada a cerca de 193 Km de São Luís. A entrega do prédio com nova infraestrutura está prevista para março.

As mudanças incluem a recuperação de reboco e telhado, substituição das esquadrias de madeira, troca de revestimentos dos banheiros, revisão das instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, telefonia e de lógica, além da ampliação da sala de audiências.

O imóvel, de quase 400 m², cedido pela Prefeitura de Cedral, também será adaptado para pessoas com deficiência, assim como os sanitários e rampas. Para melhorar o acesso dos usuários aos serviços do Judiciário, será construído um balcão para atendimento na secretaria, com espaços para interligar os setores do fórum.

Atualmente a empresa está executando serviços de retirada e demolição, abertura de novos vãos, revisão do telhado, demolição de sanitários, e levantamento de paredes de alvenaria.

Os fóruns de Penalva, Cururupu e Coroatá também passam por reformas. Os próximos a serem reformados são os das comarcas de São João Batista, Governador Nunes Freire e São Vicente de Férrer.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Comarca de Zé Doca abre inscrições para seleção de assessor de juiz

A juíza da 1ª vara da comarca de Zé Doca, Gisele Ribeiro Rondon, comunica que estão abertas as inscrições para a seleção para o cargo de assessor de juiz da vara.

Dirigida a bacharéis em Direito, a seleção consta de três fases: análise curricular, prova prática e entrevista, todas de caráter classificatório e eliminatório.

Os interessados em participar da seleção devem enviar currículo atualizado com foto, cópia do diploma de conclusão de curso superior em Direito e cópias da Carteira de Identidade e do CPF para o email vara1_zdoc@tjma.jus.br. O prazo para o envio dos documentos é o próximo dia 20.

Para o cargo em comissão de assessor de juiz B – entrância intermediária, de livre nomeação e exoneração, a carga horária é de 40 horas semanais. Os candidatos que tiverem seus currículos selecionados serão comunicados acerca da data e horário da realização da prova prática.

DIVULGAÇÃO

Juíza Gisele Rondon divulgou a abertura das inscrições

Advogados – No último dia 2, Gisele Rondon e o juiz da 2ª vara de Zé Doca, Rogério Pelegrini Tognon Rondon, estiveram reunidos com advogados militantes da comarca.

Avaliando o encontro como positivo, Gisele Rondon afirmou que "as sugestões de ambas as partes se destinam à melhoria na prestação jurisdicional". Para a magistrada, reuniões do tipo fortalecem as instituições, uma vez que "aprimoram a realização dos serviços e estreitam os laços entre a sociedade, a classe advocatícia e o Judiciário".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Búfalos I

"A conduta prudente gira ao redor de dois eixos: dizer o que se conhece em favor da verdade quando estritamente necessário e calar, sempre, sobre o quanto ignoramos para não desmerecer a nós mesmos". Assim o jurista Alberto José Tavares Vieira da Silva abre as argumentações sobre processo em que atua em causa própria, na condição de criador de búfalos no município de Cajapió, na Baixada Maranhense, apresentadas ao meretíssimo juiz de direito da Comarca de São Vicente de Férrer.

Búfalos II

A peleja é longa, mas o advogado é preciso em seus questionamentos sobre relatório técnico apresentadado pela extinta Gerência de Meio Ambiente do Estado e integrante do processo movido pelo Colegiado Volante da Promotoria Estadual, como por exemplo na afirmação de que "este animal (o búfalo) danifica a vegetação bem mais que o gado..." Buscando uma referência em célebre afirmação de Zacarias, de que "somos senhores dos nossos pensamentos e escravos de nossas palavras", o relator tentou separar o joio do trigo, ou seja, o búfalo do gado, como se ambos não fossem da mesma espécie e gênero, apenas com hábitos diferentes.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Corregedor-geral de Justiça autoriza correição em mais duas comarcas

As comarcas de Urbano Santos e Buriti serão fiscalizadas, de 16 a 18 de fevereiro, pela juíza Ariane Mendes. Com esse novo trabalho serão seis as comarcas com correição geral ordinária autorizada este mês pelo corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior. Governador Eugênio Barros, Matões e Parnarama e Timon (5ª e 6ª Varas Criminais) entram na lista mensal.

A juíza Vanessa Ferreira Lopes, da Comarca de Buriti, está respondendo por Urbano Santos, com as férias da juíza titular Débora Jansen Castro. Os municípios de São Benedito do Rio Preto e Belágua são termos judiciários de Urbano Santos.

O juiz José Nilo Ribeiro Filho fará correição em Governador Eugênio Barros, na quinta e sexta-feira próximas, dias 10 e 11. Antes, irá avaliar juízes vitalicianos em Governador Eugênio Barros, Santo Antonio dos Lopes, Sucupira do Norte, Buriti Bravo e São Domingos do Maranhão.

De 14 a 16 de fevereiro os juízes Kleber Carvalho e José Jorge Figueiredo dos Anjos irão inspecionar as comarcas de Matões, Parnarama e Timon.

Os quatro juízes auxiliares da Corregedoria farão outras duas correições na capital, em fevereiro: dia 22, na 2ª Vara de Família, e dia 24, na 6ª Vara de Família.

Guerreiro Júnior anuncia como meta de gestão fechar o ano com mais de 90% das comarcas estaduais fiscalizadas. Foram em torno de 50 atividades correcionais em 2010. Os juízes auxiliares da CGJ definiram correição em 43 varas – 37 do interior e seis da capital – até o final do ano.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Editorial

Saqueadores da Justiça

Não pode um povo que amarga a desventura de viver à margem da sociedade, violentado por salários aviltantes, compreender a justiça deste país; não pode, se diante de seus olhos outras pessoas cujas rendas não ultrapassam R$ 12 mil se tornam proprietários de aviões, helicópteros, carros de luxo, apartamentos de dois andares, fazendas, sem explicar a origem do dinheiro; não pode se estas pessoas, donas de cargos públicos, quando apanhadas pela polícia são libertadas imediatamente pela Justiça do país.

A "Operação Astiages" foi a mais recente intentona da Polícia Federal contra os sinais inconcebíveis de riqueza de alguns homens públicos, estes localizados no entorno da Prefeitura de Barra do Corda. Mas estavam livres, todos eles, antes mesmo que a polícia pusesse as mãos nos chefões da quadrilha. Estão livres para provar que os rigores da lei destinam-se apenas aos mal nascidos, mal vestidos, mal educados, porque esta é uma sociedade democrática de mentira, constituída de castas intocáveis porque protegidas pelo poder que ajudam a manter de pé.

Legislar neste país é uma inutilidade se aumenta cada vez mais o número de pessoas acima da lei. São tantos os recursos para proteger bandidos de gravata, como o segredo de Justiça, a exigência de flagrante delito, o *habeas corpus* e tantos outros que quando se trata de formação de quadrilha ninguém sabe mais onde a quadrilha começa e onde ela termina.

Mas qual a diferença entre um traficante que destrói os sonhos de uma família com seu produto proibido e aquele outro que rouba o dinheiro da educação, da saúde pública?

A um povo estão destinadas várias formas de sofrimento e de revolta. Nenhuma será maior do que ver os impostos arrecadados de seus minguados salários, do suor sacrificado para sustentar os filhos, fabricando milionários nas selvas, seja na selva de pedra das metrópoles ou entre os abandonados indígenas do interior do Maranhão. Fato é que a impunidade dos ricos é a excelência da justiça brasileira.

Barra do Corda, assim como a maioria dos municípios do estado, está entregue às traças com todos os problemas que todos os dias se noticiam nos jornais da cidade. Mas os mafiosos têm dinheiro para pagar advogado de 1 milhão de dólares, têm direito a tratamento Vip com causa entregue à banca jurídica particular da governadora do Estado.

Há que se entender a lógica espiral do crime. Não existiriam os saqueadores de cidades, sem os saqueadores da Justiça. E a Justiça não é saqueada apenas quando inocentes pagam por crimes que não cometeram, mas também quando a impunidade escolhe a roupa, a marca do perfume, o grau de instrução, cargos e parentesco dos que privilegia. "A Justiça tarda, mas não falha". Falha sim. Está falhando agora e vai falhar durante muito tempo ainda no Maranhão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

SALVOS PELO HABEAS CORPUS

'NENZIM' E 'SANTINHA' ESCAPAM DA CADEIA, MAS TERÃO DE DEPOR

Advogado de US$ 1 milhão livrou da prisão o prefeito de Barra do Corda, a primeira-dama e um 'lobista'

Mesmo escapando da cadeia, graças a *habeas corpus* concedido pelo ministro Teori Albino Zavascki, presidente da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o prefeito de Barra do Corda, Manoel Mariano de Sousa, o "Nenzim" (PV), sua mulher, Francisca Teles de Sousa, a "Dona Santinha", e o "lobista" João Batista Magalhães terão de prestar depoimento na Polícia Federal (PF). Os três e outras nove pessoas – presas na quinta-feira (3), na operação "Astiages", e soltas ontem – são acusados de desviar recursos públicos de mais de R$ 50 milhões. Processos contra "Nenzim" envolvem problemas em prestação de contas e negócio imobiliário suspeito. **PÁGINA 3**

ARQUIVO

O prefeito de Barra do Corda nem chegou a ser preso

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

SALVOS PELO HABEAS CORPUS

'Nenzim' e 'Santinha' escapam da cadeia, mas terão de depor

Advogado de um milhão de dólares livrou da prisão o prefeito de Barra do Corda, a primeira-dama e um 'lobista'

POR OSWALDOVIVIANI

Mesmo escapando da cadeia, graças a *habeas corpus* concedido pelo ministro Teori Albino Zavascki, presidente da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o prefeito de Barra do Corda, Manoel Mariano de Sousa, o "Nenzim" (PV), sua mulher, Francisca Teles de Sousa, a "Dona Santinha", e o "lobista" João Batista Magalhães terão de prestar depoimento na Polícia Federal (PF). Os três e outras nove pessoas – presas na quinta-feira (3), na operação "Astiages", e soltas ontem – são acusados de desviar recursos públicos de mais de R$ 50 milhões.

O **Jornal Pequeno** apurou que as intimações a "Nenzim", "Dona Santinha" e Magalhães seriam feitas ainda ontem. O trio ficou foragido até sair o *habeas corpus*, impetrado pelo advogado Eduardo Alckmin (irmão do governador de São Paulo Geraldo Alckmin). Eduardo defendeu Jackson Lago (PDT) no processo de cassação de seu mandato. Ele não cobra menos de R$ 2 milhões (cerca de 1 milhão de dólares) por suas causas.

O deputado estadual Rigo Teles (PV), filho de "Nenzim", também será intimado pela PF para prestar esclarecimentos sobre os quase 20 imóveis que estão em seu nome e que a polícia acredita serem frutos de lavagem de dinheiro.

O "lobista" João Batista Magalhães seria ex-assessor do vice-governador do Maranhão, Washington Luiz Oliveira (PT).

Janaína Maria Morena Simões de Sousa, nora do prefeito, foi a primeira pessoa do grupo preso na quinta-feira a sair da cadeia, ainda na noite de sábado (5). Ela estava detida no Presídio Feminino, em Pedrinhas, assim como Sandra Maria Teles de Sousa (filha de "Nenzim").

Ontem, foram soltos do Presídio São Luís (também em Pedrinhas) Pedro Alberto Teles de Sousa (filho de "Nenzim" e secretário de Finanças de Barra do Corda), Sandra Maria Teles de Sousa (filha de "Nenzim"), Inamar Araújo Medeiros (genro do prefeito), Moacir Mariano da Silva ("laranja"); Luís Marques de Sousa, o "Luizinho da Cemar" ("laranja"); Quintino Gomes da Silva, o "Peba" ("laranja"); Gilson da Silva Oliveira ("laranja") e José Alcivan da Silva ("laranja").

Além de efetuar as nove prisões, a operação "Astiages" ("saqueador de cidades", em babilônio) apreendeu um avião bimotor (que está em nome do "laranja" Quintino Gomes da Silva, o "Peba"), um helicóptero, seis caminhões-baú, duas Pajeros, uma Hilux, três automóveis Honda, uma Montana, jóias valiosas e quinze relógios de *griffes* caras (como Rolex e Bvlgari).

ARQUIVO

O prefeito de Barra do Corda nem chegou a ser preso

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Processos envolvem prestação de contas e negócio imobiliário suspeito

O prefeito Manoel Mariano de Sousa, o "Nenzim", tem um processo (0004622-65.2006.8.10.0000) que deu entrada no Tribunal de Justiça do Maranhão em 20 de março de 2006 e até hoje não foi julgado. A primeira desembargadora que pegou o caso foi Nelma Sarney.

O processo se refere a uma denúncia do Ministério Público Estadual (MPE) sobre irregularidades encontradas na prestação de contas da prefeitura de Barra do Corda no exercício de 1998.

Em outro processo (0027277-65.2005.8.10.0000), de 19 de novembro de 2009, o MPE acusa "Nenzim" de efetivar negócio no qual a Prefeitura, sob sua gestão, comprou parte da gleba de terras denominada "Tamarindo", de propriedade de Rigo Alberto Teles de Sousa (deputado estadual e filho do prefeito) e Abigail Cunha de Almeida Sousa, sem o devido processo licitatório ou procedimento justificante da ausência ou inexigibilidade de licitação. *(Oswaldo Viviani)*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Problemas do sistema carcerário são discutidos no Tribunal de Justiça

Os investimentos feitos para a melhoria do sistema carcerário e as soluções para suprir a falta de vagas nos presídios da capital do interior do Estado foram discutidos ontem numa reunião, com representantes dos sistemas de Justiça e de segurança, realizada sala do presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon.

Participaram da reunião o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes; o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer; o coordenador do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização Carcerária, desembargador Froz Sobrinho; o defensor público geral, Ald Mello, promotor de Justiça e assessor especial da PGJ, Cláudio Cabral Marques, e os juízes Fernando Mendonça, Sônia Amaral, Douglas Melo.

Na reunião, o secretário de Segurança Pública do Estado, Aluísio Mendes informou que várias medidas estão sendo pelo Executivo estadual para reduzir a superlotação nos presídios maranhenses. Dentre essas, a celebração de convênios para a captação de R$ 60 milhões do governo federal, a serem aplicados integralmente no sistema penitenciário, principalmente na construção de presídios em São Luís e no interior do Estado.

Segundo o secretário, com o convênio serão criadas 1.600 vagas no sistema carcerário maranhense. O secretário afirmou ainda que os presídios a serem construídos atendem a um novo modelo de engenharia e por serem modulados serão construídos num prazo de, no máximo, cinco meses. "Estamos dando agilidade para efetivação desses convênios, que, sem dúvida, será um passo importante para que sejam resolvidos os problemas que nos afligem como, por exemplo, a superlotação nos nossos presídios", frisou.

De acordo com o secretário de Segurança, o Executivo estadual vai investir também na construção de unidades prisionais especiais para presos com faixa etária entre 18 e 24 anos. As unidades serão construídas num primeiro momento em São Luís, onde existem mais de 300 detentos que atingem essa faixa etária.

Mutirões – Durante a reunião foi discutida também a realização de mutirões carcerários em São Luis, Imperatriz e Timom, sob a coordenação do desembargador Froz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário.

A novidade é que a partir de agora todos os processos a serem analisados durante os mutirões serão digitalizados. Além de facilitar a atuação dos juízes, a virtualização dos processos dará uma nova dinâmica aos mutirões, que ganharão em agilidade e produtividade.

O desembargador Froz Sobrinho informou que está sendo feito um esforço concentrado para que sejam encontradas as melhores alternativas para os problemas que ainda acontecem no sistema carcerário do Maranhão.

Segundo ele, "esses problemas só poderão ser solucionados num esforço conjunto envolvendo o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária e todos aqueles comprometidos com a causa". Ele informou que os mutirões a serem realizados terão o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

DIVULGAÇÃO

Jamil Gedeon coordena reunião sobre o sistema penitenciário

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Corregedoria autoriza a correição em 2comarcas

As comarcas de Urbano Santos e Buriti serão fiscalizadas, de 16 a 18 de fevereiro, pela juíza Ariane Mendes. Com esse novo trabalho serão seis as comarcas com correição geral ordinária autorizada este mês pelo corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior. Governador Eugênio Barros, Matões e Parnarama e Timon (5ª e 6ª Varas Criminais) entram na lista mensal.

A juíza Vanessa Ferreira Lopes, da Comarca de Buriti, está respondendo por Urbano Santos, com as férias da juíza titular Débora Jansen Castro. Os municípios de São Benedito do Rio Preto e Belágua são termos judiciários de Urbano Santos.

O juiz José Nilo Ribeiro Filho fará correição em Governador Eugênio Barros, na quinta e sexta-feira próximas, dias 10 e 11. Antes, irá avaliar juízes vitaliciandos em Governador Eugênio Barros, Santo Antonio dos Lopes, Sucupira do Norte, Buriti Bravo e São Domingos do Maranhão.

De 14 a 16 de fevereiro os juízes Kleber Carvalho e José Jorge Figueiredo dos Anjos irão inspecionar as comarcas de Matões, Parnarama e Timon.

EM SÃO LUÍS

Os quatro juízes auxiliares da Corregedoria farão outras duas correições em São Luís, em fevereiro: dia 22, na 2ª Vara de Família, e dia 24, na 6ª Vara de Família.

Guerreiro Júnior anuncia como meta de gestão fechar o ano com mais de 90% das comarcas estaduais fiscalizadas. Foram em torno de 50 atividades correcionais em 2010. Os juízes auxiliares da CGJ definiram correição em 43 varas - 37 do interior e seis da capital - até o final do ano.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Questionada insalubridade a servidores do TJ

A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4550) no Supremo Tribunal Federal conta a Lei estadual 9.107/09, que regulamenta os adicionais de insalubridade e periculosidade dos servidores do poder Judiciário do Maranhão. O relator do processo é o ministro Celso de Mello.

Segundo a CSPB, que representa os servidores públicos civis dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos níveis federal, estadual e municipal, a lei maranhense usurpou competência do chefe do poder Executivo estadual porque foi originada de projeto de lei formulado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

"No presente caso, no entender do autor, não foi respeitada a iniciativa legislativa prevista na Constituição Federal quanto à fixação de percentual de insalubridade, vez que, inobstante a Carta Federal determinar que a iniciativa legislativa quanto à matéria atinente a regime jurídico dos servidores ser privativa do poder Executivo, a iniciativa legislativa da lei impugnada foi do Tribunal de Justiça do Maranhão", afirma a confederação.

A entidade acrescenta que a lei proposta pelo Tribunal de Justiça fixa percentuais de insalubridade irrisórios e os compara com os percentuais fixados no artigo 97 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão (Lei estadual 6.107/94).

No estatuto, o adicional de insalubridade é calculado a partir do vencimento do servidor, classificado em grau máximo de 40%, médio de 30% e mínimo de 20%. Na lei dos servidores do Judiciário maranhense, o mesmo cálculo é realizado a partir do máximo de 5%, o médio de 3,5% e o mínimo de 2% do vencimento do servidor.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ discute questões do sistema carcerário

Os investimentos feitos para a melhoria do sistema carcerário e as soluções para suprir a falta de vagas nos presídios da capital do interior do Estado foram discutidos ontem, 7, em São Luís, numa reunião com representantes dos sistemas de Justiça e de segurança realizada na presidência do TJMA, desembargador Jamil Gedeon.

Participaram da reunião o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sergio Tamer, o coordenador do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização Carcerária, desembargador Fróz Sobrinho, o defensor público geral, Aldu Mello, promotor de Justiça e assessor especial da PGJ, Cláudio Cabral Marques, e os juízes Fernando Mendonça, Sônia Amaral, Douglas Melo.

SUPERLOTAÇÃO

Na reunião, o secretário de Segurança Pública do Estado, Aluízio Mendes informou que várias medidas estão sendo pelo Executivo estadual para reduzir a superlotação nos presídios maranhenses. Dentre essas, a celebração de convênios para a captação de R$ 60 milhões do Governo Federal, a serem aplicados integralmente no sistema penitenciário, principalmente na construção de presídios em São Luís e no interior do Estado.

Segundo o secretário, com o convênio serão criadas 1.600 vagas no sistema carcerário maranhense. O secretário afirmou ainda que os presídios a serem construídos atendem a um novo modelo de engenharia e por serem modulados serão construídos num prazo de, no máximo, cinco meses.

"Estamos dando agilidade para efetivação desses convênios, que, sem dúvida, será um passo importante para que sejam resolvidos os problemas que nos afligem como, por exemplo, a superlotação nos nossos presídios", frisou.

PRESÍDIOS

De acordo com o secretário de Segurança, o Executivo estadual vai investir também na construção de unidades prisionais especiais para presos com faixa etária entre 18 e 24 anos. As unidades serão construídas num primeiro momento em São Luís, onde existem mais de 300 detentos que atingem essa faixa etária.

MUTIRÕES

Durante a reunião foi discutida também a realização de mutirões carcerários em São Luis, Imperatriz e Timom, sob a coordenação do desembargador Fróz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário.

A novidade é que a partir de agora todos os processos a serem analisados durante os mutirões serão digitalizados. Além de facilitar a atuação dos juízes, a virtualização dos processos dará uma nova dinâmica aos mutirões, que ganharão em agilidade e produtividade.

O desembargador Fróz Sobri-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

nho informou que está sendo feito um esforço concentrado para que sejam encontradas as melhores alternativas para os problemas que ainda acontecem no sistema carcerário do Maranhão.

Segundo ele, "esses problemas só poderão ser solucionados num esforço conjunto envolvendo o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária e todos aqueles comprometidos com a causa". Ele informou que os mutirões a serem realizados terão o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

POLUIÇÃO

Antes da reunião, os promotores de Justiça, Cláudio Guimarães e Cláudio Cabral Marques, o delegado geral de Polícia Civil, Nordman Ribeiro, e o delegado Carlos Alberto Damasceno, solicitaram ao presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, o apoio do Poder Judiciário nas ações de combate à poluição sonora em bares da capital.

Na oportunidade, os promotores Cláudio Cabral Marques e Cláudio Guimarães informaram ao presidente do TJMA que a partir de agora o trabalho terá o apoio da Prefeitura de São Luís, que realizará blitzens na área urbana da capital. A meta agora, segundo os promotores, é garantir o engajamento das instituições, da sociedade civil organizada e dos meios de comunicação social, para o desenvolvimento das ações de combate à poluição sonora.

R. Pinheiro

Jamil Gedeon ouviu as providências para amenizar a questão da superlotação nos presídios

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação